

pretendendo que ele dê entrada, o Tribunal recolhe aqueles documentos, protocola e marca uma data para aproximadamente três meses, quando será entregue o título. Esta seria uma maneira eficaz e barata de resolvermos uma situação tão desagradável de estarmos numa discussão sobre creche, biblioteca, pavimentação e perguntarmos se todos ali são eleitores da capital, pois às vezes a pessoa pode ser eleitora em Jequié, Presidente Venceslau, Presidente Prudente, Capim Grosso, cidades dos mais diferentes Estados e até por um sentimentalismo, ou um sonho de voltar a sua cidade de origem. Tenho dito que é injusto que aquelas pessoas da cidade de onde ele veio volte tão somente no dia da eleição, totalmente desinformado das lutas internas da cidade, dos interesses e das propostas. Às vezes ele vai lá exercer o voto totalmente desinformado, acho até que num gesto inadequado, porque afronta aqueles que moram na cidade e lutam pelas suas melhorias. Denunciava que um Prefeito do interior da Bahia recentemente mandou um ônibus a São Paulo para apanhar em uma rodoviária clandestina cantenas de moradores da sua cidade que residem aqui, mas que ainda mantém o título eleitoral lá. Estas pessoas dão um flagrante desrespeito ao Código Eleitoral, foram transportadas com as despesas pagas por este político, irão votar neste candidato, mas sequer sabem das suas propostas, sequer têm vivenciado nos últimos anos qualquer experiência na sua antiga comunidade. Portanto, por uma medida de acesso à cidadania, por que estas pessoas aqui na capital, que vão justificar o seu voto, justificam e depois se esquecem; só vão lembrar disso novamente quando se aproximarem as novas eleições e aí ele entra neste lapso impeditivo dos 150 dias, vai ao cartório que diz que agora não é mais possível. Ele fica de eleição a eleição sempre justificando o seu voto. É um cidadão pela metade, que não exerce a sua cidadania plena. Portanto, Sr. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e Sr. Juiz-Presidente da 1ª Zona Eleitoral da capital, esse é um pleito que faço, que não vai ter grandes investimentos, não exigirá recursos financeiros de monta, não vai exigir muito trabalho, do ponto de vista operacional, porque vamos ter na própria escola funcionários do TRE, trabalhando no local, e nós vamos poder dar uma grande contribuição para que daqui a dois anos, quando se realizarem as eleições para Deputados estaduais e para Governadores, possam estas pessoas se transformarem em verdadeiros cidadãos, com direito a exercício do voto e que possam ver, a curtíssimo prazo, essas salas reservadas para a justificativa com muito pouca gente, exatamente aquelas recém chegadas, ou que efetivamente não conseguiram transferir, diferentemente do que ocorre hoje, quando num distrito, ou numa região como a Parada de Taipas, em pouquíssimos colégios, mais de 1500 pessoas foram lá justificar o voto, quando se sabe que 1500 pessoas, num único colégio, numa única região, somam-se a tantos outros colégios na mesma condição, poderiam estas pessoas eleger um Vereador, ou um Deputado, tal a quantidade de votos que não são exercitados, que deixam de ser realizados por conta da ausência do domicílio eleitoral. Portanto, a proposta deste Deputado denominada mutirão pela cidadania, já encaminhei ao Tribunal e espero que a parte administrativa da Assembléia Legislativa tenha já exercitado esta tarefa, mas tomei a iniciativa de mandar por fax, enquanto não chega a informação oficial, mas extra-oficialmente já mandei para a Justiça Eleitoral as minhas informações e o meu pedido no sentido de que no dia 29 de outubro possamos assistir em São Paulo e em diferentes cidades do interior do nosso Estado, como Diadema, Mauá, Campinas, Guarulhos, Santos, onde será realizado 2º turno. Essa minha proposta serve para o resto do País e que em outras cidades do Brasil, onde se realize o segundo turno, possamos já adotar essa medida, visando a que o Brasil, em pouco tempo, possa ter todos os seus cidadãos em plano uso e gozo de seus direitos, podendo votar e ser votados, não ficando nessa situação de meio-cidadãos, em que vivem em uma cidade onde não exercem sua cidadania, onde não podem escolher os seus Prefeitos ou os seus Governadores. Quem assim age não é um cidadão por inteiro, ficando em uma situação inferior ao que deveria ser entregue a cada um, que é o direito sagrado de poder escolher seus governantes, de forma a influenciar nas decisões e políticas públicas que deverão ser adotadas pelas cidades, pelos Governadores estaduais ou federais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO MORI - PDT - pelo artigo 82 - sem revisão do orador - Meu caro Presidente, o orador, há pouco, citou o apoio do PDT e do PSDB à nobre Deputada Marta Suplicy. No "Diário Popular", quando entrevistado, o Presidente estadual do PDT disse que a Bancada, de seis Deputados, queria aparecer, a manifestar-se no sentido de apoiar a nobre Deputada. Nós tivemos princípios ideológicos e fomos à nobre Deputada Marta Suplicy, oferecendo-lhe nosso apoio, o que é perfeitamente natural no mundo democrático em que vivemos. Nós o fizemos por livre e espontânea vontade e não vamos admitir nunca que o Presidente Estadual do PDT possa dizer o que temos ou não de fazer. Enquanto o partido não der um "basta" à nossa conduta, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, vamos estar tomando posições que entendermos pertinentes. Nesta minha manifestação quero aqui dizer que, quando do nosso acoito, no segundo turno, fomos atacados pela população no sentido de que político hoje está de um lado e amanhã do outro, de que nos embates políticos, hoje se está dividido e amanhã fazendo coligações. Quero deixar claro ao povo paulistano que política é como se fosse uma família: as pessoas casam-se pensando em ficar eternamente ao lado de seus maridos ou esposas. Seis meses depois, no entanto, em muitos casos, os cônjuges estão separados. Essa liberdade temos de ter, em nossa casa e no mundo político. Este é, evidentemente, um direito que os cidadãos têm.

Quando as pessoas querem criticar os políticos, é fácil atirar pedras desta forma, mas não tínhamos outro - este era o caminho. As pessoas que não têm cultura política acham que o embate político não é embate pessoal. Mas eu, por exemplo, que sou pai de três filhos, sei as divergências que existem entre eles. Pensa-se até, às vezes, que são inimigos, mas é evidente que começa em sua adolescência o interesse pessoal de cada um deles em defesa de seu direito. Cada um pode defender uma facção política. Tenho três filhos completamente diferentes. É a natureza de cada um e foi Deus quem os fez assim.

Às vezes, quando recebemos essas críticas das pessoas que não têm cultura política, eles não entendem que o direito de optar é nosso e que precisamos continuar assim, escolhendo o melhor para nós e para o povo. Fica portanto, aqui, a manifestação de algumas pessoas, contrárias à nossa decisão de mudar: "Você estava com fulano e já mudou?" "A minha candidata não foi para o segundo turno e tenho de optar." Tenho dito sempre que para mim não há água morna - ou ela é quente ou fria. Tenho feito alguns discursos contundentes e as pessoas têm me criticado por minha posição. Mas quero deixar claro que devemos usar as três coisas na vida - a humildade, a lealdade e a gratidão. Nunca, quando alguém me critica, calar-me-ei se tiver razão. Quando não a tiver, pedirei desculpas.

Vivemos um momento político importante em nosso País, não só em São Paulo, mas pelo Estado afora, e precisamos ter responsabilidade na condução desse processo político.

Outro dia, nobre Deputado Henrique Pacheco, fomos criticados com relação ao nosso posicionamento no segundo turno. Até há pouco tempo as mulheres não votavam. Foi uma luta, uma conquista, é assim que se faz numa democracia.

Para o segundo turno deverá ser alguém que tenha a aprovação da maioria. É assim que se faz política democrática. Somos contra o voto obrigatório, mas por que um garoto de 18 anos tem de se inscrever no exército? Porque há critérios e numa democracia esses critérios devem prevalecer. Se o voto não fosse obrigatório, elegeríamos apenas alguns privilegiados e perderíamos muito com essa escolha.

Portanto, fica aqui a minha manifestação com relação ao apoio a este Deputado, que já está em campanha para a sua candidatura.

Quero deixar bem claro, meu caro Presidente, que para evitar qualquer negociação, os seis Deputados do PDT não fizeram qualquer exigência, nem programática, porque queremos resguardar ao povo de São Paulo o direito a um futuro, à esperança de poder viver melhor.

O SR. HENRIQUE PACHECO - PT - pelo artigo 82 - sem revisão do orador - Sr. Presidente, ouvi atentamente a fala do Deputado Pedro Mori e quero manifestar publicamente o nosso apreço não só a este combativo Deputado, mas a toda a Bancada do PDT: Deputados Geraldo Vinholi, Luiz Gonzaga Vieira, Pedro Tobias, Rafael Silva e Salvador Khuriyeh, que ofereceram, de maneira despojada e desinteressada, o seu apoio ao que entendem como sendo a melhor proposta para a cidade de São Paulo.

Num contato que tive, pude verificar que o apoio se dá pelo interesse em que a cidade possa ter uma administração ética, moralmente definida e com uma visão democrática. Foi um apoio que se deu de maneira rápida, como têm sido as atitudes que caracterizam o comportamento desses Deputados do PDT. Essa proposta visa trazer à cidade de São Paulo novamente o seu brilho e esperança, com uma composição que soma diferentes forças - PDT, PSB e PSDB - na luta por uma proposta completamente diferente da que está hoje a governar o Município de São Paulo, caracterizada pela corrupção, pela inércia e ruptura com os valores morais mais simples.

Portanto, Deputado Pedro Mori, quero dizer da nossa alegria pelo apoio de V.Exa. a esta proposta de mudanças em nossa cidade e tenho certeza de que V.Exa., como os demais Deputados que militam no partido, terão vez e oportunidade para fazer valer as suas propostas e sugestões para mudar esta cidade.

Vossa Excelência, apesar de morar numa cidade vizinha, também milita na cidade de São Paulo e tem propostas para melhorar os nossos bairros. Certamente essas propostas serão ouvidas e dentro, das possibilidades, atendidas, porque não de corresponder aos anseios da população que V.Exa. aqui tão bem representa. É motivo de muita alegria abrir os jornais e verificar que os apoios têm-se ampliado para esta nova proposta que visa acabar com esse modelo antidemocrático, envolvido na corrupção em que se enlameou a Câmara Municipal e a Prefeitura da nossa cidade. Hoje, quando vamos à periferia e encontramos as pessoas nos supermercados, nos bares, restaurantes, vemos que elas se sentem libertas, livres, como se tivessem feito um dever de casa ao extirpar a parte podre da nossa cidade.

A cirurgia que se processou nesta eleição trouxe uma alteração substancial na Câmara Municipal de São Paulo. Uma nova cirurgia deverá acontecer no segundo turno, quando teremos aberto o caminho para a reconstrução dessa cidade sob a luz da democracia e o brilho intenso das ideias claras, transparentes, quando dividiremos a nossa cidade em subprefeituras, permitindo que o povo exercite o seu direito de fiscalizar seus governantes, verificando o valor das obras a serem construídas evitando, assim, o superfaturamento, os desmandos que diuturnamente estamos sendo obrigados a denunciar. Esse é o horizonte que se abre para os próximos dias.

No dia 29 de outubro a população de São Paulo poderá fazer a sua opção pelo moderno, pelo direito de construir uma cidade da qual possamos nos orgulhar. Hoje o cidadão anda cabibaxo e fica calado quando alguém lhe pergunta como anda a nossa cidade, porque não há explicação para certas atitudes e comportamentos.

Cumprimento a Bancada do PSDB e PDT pela manifestação de apoio a esta nova proposta, que certamente vingará e há de governar São Paulo por quatro anos.

O SR. WADII HELU - PPB - pelo artigo 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que temos observado aqui em São Paulo, nesta Casa como parte de São Paulo, e na mídia é repentinamente as pessoas se preocuparem com a corrupção. Há um ditado antigo que diz: "Quem usa, cuida". Então quando ouço tanta gente falar em cessar com a corrupção, me vem à mente a ex-Prefeita de São Paulo Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores. Os escândalos de corrupção foram tantos que a própria prefeita teve de afastar do seu gabinete o vice-Prefeito Greenhalgh, envolvido no escândalo da Lubeca, quando tramaram, acreditado que a sorrelha da Prefeita Luiza Erundina, com membros do PT, a venda de uma linda área na marginal caminho de Itapeperica da Serra o Escândalo Lubeca. Não bastasse isso, o PT dominando a ex-Prefeita Luiza Erundina tentou o escândalo que abalou São Paulo, o chamado escândalo da Shell, corrupção autêntica como corrupção autêntica era a Lubeca.

No escândalo da Shell, a Prefeitura propunha entregar 20 áreas das melhores localizadas na capital de São Paulo à Companhia de Petróleo Shell sob a "desculpa" - entre aspas, porque se pretendia encobrir a corrupção do Vice-Prefeito petista na Prefeitura de São Paulo - de reforma no Autódromo de Interlagos.

Ouço falar em corrupção, em cidadania, mas são os mesmos que em cargos e posições que ocuparam no campo administrativo, revelaram, acima de tudo, a incompetência que eles ocultam, e falam em preços caros, mas não apontam porque não têm provas. Agora, quando alguém abra, é processado, e a justiça aplica a punição devida.

Gostaria que essas pessoas que assim procedem contassem o passado que têm, quais obras realizaram e quais as coisas que administraram. Mas não, são como quem usa, cuida. Faz aquela corrupção escondida, lá por baixo, e quando vem à tona acontece como no caso do Vice-Prefeito do PT na Capital, em que a prefeitura Luiza Erundina afastou o seu Vice-Prefeito Greenhalgh do cargo de secretário de governo. Foi afastado, porque estaria vinculado ao caso Lubeca, onde iria se entregar toda aquela área verde, bonita, do parque ambiental lindo que temos, no caminho de Santo Amaro, da João Dias, de Itapeperica da Serra. E vem falar, com o maior deslumbre, que agora São Paulo vai conhecer tudo de novo. Vai conhecer o quê? Uma Prefeita que ao assumir, a primeira coisa que fez foi interromper as obras em andamento da Prefeitura, dando um prejuízo colossal, enterrando os túneis que hoje são um retrato da civilização da cidade de São Paulo, túnel que sai da Juscelino Kubitschek, que vai para o Morumbi, ou que vem do Morumbi para a Av. Juscelino Kubitschek, ligando o centro aos bairros da zona norte ou oeste. E mais, tentou derrubar o viaduto Diário Popular, que hoje está junto à prefeitura de São Paulo, no Parque D. Pedro II, revelando a mente tacanha que tem, sem condição alguma, porque lhes falta competência e capacidade. Essa a verdade. Vamos lutar. Vamos ganhar. Vamos disputar, a eleição, sem esses ataques históricos e caluniosos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que temos vindo à Casa diariamente, que ouço essas manifestações, desafio que essas pessoas apresentem algo de palpável. Não venham falar aqui em honestidade. Não venham falar contra a corrupção. Porque eles não têm passado. Destacem-se por serem oposição. Na hora em que virarem situação, não vão saber o que fazer com essa infeliz São Paulo, nobre Deputado Henrique Pacheco. Essa infeliz São Paulo de hoje, que V. Exa. não teve a oportunidade de conhecer a São Paulo de ontem. A beleza de uma São Paulo de 30, 40, 50 anos atrás, em que havia o respeito mútuo, em que havia uma educação aprimorada. Hoje, tenho pena de São Paulo e tenho pena daqueles que aqui residem. E tenho mais pena ainda pela incompetência e corrupção que os senhores aqui do PT não denunciam, de parte do Sr. Presidente da República e do Governo do Estado. Hoje, na Alemanha S.Exa está feliz, porque lá falam a linguagem do Presidente FHC. Os senhores não denunciam; silenciam. São cúmplices pelo silêncio. Vossas Excelências não vêm denunciar os escândalos da Telefônica. Abriu-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito aqui, mas não se foi à frente. Foi encerrada porque o PSDB, que V. Exa elogia agora como comparsa e parceiro, é responsável por todas essas diatribes que se praticam no país, esses escândalos financeiros administrativos. É isso o que gostaríamos de ouvir dos senhores, que têm elementos comprobatórios. Não vejo V. Exas. falarem da reforma da Constituição, para permitir a reeleição de FHC. Silenciam. Não denunciam a compra dos votos dos Deputados Federais pelo Governo F.H.C. Omitem-se no tocante aos fatos confessados pelos dois Deputados do Acre que confessam ter recebido 200 mil reais para votarem pela reforma, e V. Exas. estão silentes. Isso é corrupção. Pois quem cala consente.

O SR. HENRIQUE PACHECO - PT - para reclamação - sem revisão do orador - Sr. Presidente, estamos aqui, pelo acordo entre as lideranças, caminhando para o encerramento da sessão, a não ser que haja alguma outra disposição. Mas se assim for a seqüência não terei a oportunidade de rebater o nobre Deputado Wadii Helu.

Quero dizer que o Sr. Luiz Eduardo Greenhalgh já manifestou e explicou, de maneira clara, essa questão da Lubeca. Todas as ações judiciais, todos os procedimentos foram tomados, ficou clara a sua inocência e da administração petista naquele momento, naquela atitude. Portanto, trata-se de matéria requeitada que o nobre Deputado quer trazer aqui. Eu concordo com uma parte da fala do ilustre Deputado Wadii Helu - a quem respeito pelo seu trabalho parlamentar e pela sua história - quando diz que São Paulo está abandonada. Efetivamente nas últimas duas administrações São Paulo esteve totalmente abandonada. Ai sim, envolvida na corrupção, num verdadeiro lamaçal de notícias ruins sobre a corrupção que se encentou desde a venda de frangos. A venda de frangos para a merenda escolar quem patrocinava era a mulher do Prefeito, veja a que ponto chegamos. A mulher do Prefeito estava envolvida no escândalo dos frangos. Numa pequena cidade do interior onde houvesse um único posto de gasolina era natural que um dia o dono do posto pudesse ser Vereador, uma cidade pequena, e então quem fornecesse a gasolina fosse o dono do posto. Mas numa cidade das dimensões de São Paulo, imaginar-se que a vendedora de frango era a esposa do Prefeito é extrapolar o limite daquilo que a decência pode permitir. É total ousadia imaginar-se que ninguém vai correr atrás disso. Eu tenho sido um Deputado que tem criticado efetivamente isso. Minha postura tem sido sempre nessa linha e não tenho poupado nenhum nível, tanto municipal, estadual ou federal. Aquelas denúncias que tenho em mãos e que tomo conhecimento comento diuturnamente.

Então quero, no momento oportuno, por meio do debate parlamentar democrático, poder discutir com o nobre Deputado Wadii Helu, para que cada um possa defender suas ideias. Muito obrigado.

O SR. WADII HELU - PPB - para reclamação - Nobre Deputado Henrique Pacheco, V.Exa. fala no "Frangogate". Veja o poder da oposição petista na Câmara Municipal - que conta com o beneplácito da mídia - sem entrar em detalhes no fornecimento de frangos da firma onde participava a mulher do então Prefeito. Forneceria um ou dois por cento da venda de frangos por um preço abaixo do preço mínimo de mercado - essa prova está nos autos, para a Empresa que se classificara na concorrência aberta. Nenhuma venda direta a Prefeitura.

O PT é campeão em fazer escândalo porque tem a mídia do seu lado e silencia quando lhe convém. A Lubeca não tem mais problema, porque não pôde ser realizado. O Deputado Henrique Pacheco, quando tiver um tempo, deverá vir explicar por que a Prefeita Luiza Erundina do PT - brilhante líder do PT nesta Câmara, com quem sempre mantive relacionamento respeitoso - afastou o Sr. Luiz Eduardo Greenhalgh do seu gabinete. E ele era vice-Prefeito eleito na chapa de Dona Luiza Erundina do PT. Isso é que deveria ser explicado, ou seja, por que ele foi afastado. Ele foi afastado e demitido do cargo de Secretário de Governo. E se ia apurar sua conduta, lembro ao Deputado Henrique Pacheco ditado antigo que diz: onde há fumaça, há fogo. Há a Lubeca. Mas sendo do PT tudo é válido. As invasões no prédio, o Movimento dos Sem Terra, as violências que se praticam, com o PT, com seus representantes na primeira linha querendo defender essas agressões. Essa a realidade Deputado Henrique Pacheco. Violência também é corrupção. Invadir prédios. Tomar propriedades de terceiros não é ação social. É corrupção. Relembro Deputado: Quem usa cuida.

O SR. HENRIQUE PACHECO - PT - Sr. Presidente, tendo havido acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - NEWTON BRANDÃO - PTB - O pedido de V.Exa. é regimental. Tendo havido acordo entre as lideranças presentes em plenário esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V.Exas. para a sessão ordinária da próxima segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando ainda os nobres Deputados da sessão solene prevista para hoje, às 20 horas, com a finalidade de proceder à abertura do 14º Congresso Muçulmano da América Latina e da sessão solene que será realizada na próxima segunda-feira, às 10 horas da manhã, com a finalidade de homenagear o "Dia do Policial Militar Deficiente".

Está levantada a sessão.
- Levanta-se a sessão às 16 horas e 01 minuto.

ATOS ADMINISTRATIVOS

Ato de Mesa

De: 26.10.2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, e considerando os termos da Resolução nº 798, de 1999, que instituiu o Parlamento Jovem Paulista, DECIDE:

Artigo 1º - Para os fins do artigo 8º da Resolução nº 798/99, a previsão de recursos para a realização do Parlamento Jovem Paulista será fixada no orçamento-programa elaborado anualmente pela Secretaria Geral Parlamentar para o exercício financeiro subsequente.

Artigo 2º - Os recursos a que se refere o artigo anterior poderão ser utilizados para arcar com as seguintes despesas:

- I - hospedagem de cada um dos jovens deputados e do seu responsável legal na Capital;
- II - transporte entre o local de hospedagem e a Assembléia Legislativa;
- III - refeições e lanches;
- IV - envio de correspondência;
- V - material gráfico e de divulgação.

Artigo 3º - Para a realização das despesas previstas no artigo 2º, fica autorizado o Secretário Geral de Administração a determinar a abertura de Adiantamento, nos termos do artigo 39 da Lei nº 10.320/68, em nome do Secretário Geral Parlamentar ou de servidor de sua indicação, para levar a efeito os gastos decorrentes da aplicação do artigo 8º da Resolução nº 798/99, em valor não excedente de 5.500 (cinco mil e quinhentas) UFESPs.

Disposição transitória:

Artigo único - O Parlamento Jovem Paulista a ser realizado no exercício de 2000 terá as despesas de que trata o artigo 2º do presente Ato custeadas pela rubrica orçamentária em que os gastos forem classificáveis, até o valor máximo total de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), mediante comprovação com os necessários documentos fiscais. (Ato nº 21/2000).

Decisões de Mesa

De 26/10/2000

Nomeando, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

CLAUDIA DE MOURA LEITE RIBEIRO SANTOS, RG nº 20.025.870-9, para exercer, em comissão, o cargo de Auxiliar Parlamentar, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de MARCELO JAKUK LOPES.

(Decisão nº 1453/2000).

Decidindo alienar:

- Por DOAÇÃO, no Processo RG. nº 4241/2000, com fundamento no disposto no artigo 17, inciso II, alínea "a" da Lei Federal nº 8666/93, com alterações posteriores, à Associação de Assistência Social "Joana D'Arc", com sede na Rua Irmã Amália, nº 120 - Vila São José - Tupã - SP, os bens abaixo relacionados, considerados inservíveis para uso deste Poder:

1(um) microcomputador Itautec Infoway Pentium 75 Mhz, número de série 5656403101508, chapa de patrimônio Alesp 2485.

1(um) monitor 14" número de série 5044710601879.

(Decisão nº 1451/2000);

- Por DOAÇÃO, no Processo RG. nº 4498/2000, com fundamento no disposto no artigo 17, inciso II, alínea "a" da Lei Federal nº 8666/93, com alterações posteriores, à Associação Beneficente da Vila Araguaia e Adjacências, com sede na Rua João da Cunha Lobo, nº 99 - Penha, nesta Capital, os bens abaixo relacionados, considerados inservíveis para uso deste Poder:

1(um) microcomputador Itautec Infoway Pentium 75 Mhz, número de série 5656403101530, chapa de patrimônio Alesp 2782.

1(um) monitor 14" número de série 5044710602310, chapa Alesp 2696.

1(uma) impressora Xerox modelo 4504, número de série OOU-910188 e chapa de patrimônio Alesp 3335.

(Decisão nº 1452/2000);

Despachos da Secretaria Geral de Administração

De: 25.10.2000

Cessando a gratificação de representação atribuída à servidora abaixo

relacionada na seguinte conformidade:
Nome: SÔNIA REGINA BUENO HERNANDES MANTO-VANI

RG: 13.792.089-0 Matrícula: 6380

Valor da gratificação: 370,68% de 170% da referência 11 da E.V. Comissão

Cessada a partir de: 20 de outubro de 2000

De: 26.10.2000

Comunicado da Secretaria Geral de Administração

Conforme Portaria SGA nº 05/97, de 22.08.97, retificada pela Portaria SGA nº 06/97, de 01.10.97, os servidores que se encontram afastados junto a esta Assembléia Legislativa sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens do cargo deverão apresentar ao DRH, no período de 01 a 30 de novembro p.f., certidão fornecida pelo Órgão de origem referente a percepção ou não pelo afastado de gratificação de representação, incorporada ou não, discriminando-a por cargo/função e valor.

O não atendimento da determinação constante da referida Portaria acarretará a cessação da gratificação de representação percebida pelo servidor no âmbito desta Secretaria, até que a providência seja tomada pelo interessado.

O presente comunicado é extensivo aos Policiais Militares agregados ou destacados junto a esta Assembléia Legislativa.

Extrato de Termo de Contrato

PROCESSO: RGE 199/00

CONTRATANTE: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ALESP

CONTRATADA: FUNDAÇÃO "PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL" - FUNAP

OBJETO: REFORMA DE CADEIRAS

VIGÊNCIA: 60 (SESENTA) DIAS

VALOR: R\$ 131.600,00

RECURSOS ELEMENTO ECONÔMICO: 349039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

ASSINATURA: 23/10/2000

Decidindo, no Processo RGE nº 2786/99, que trata do contrato mantido entre este Poder e a empresa Air Sel - Ar Condicionado Ltda. - ME, considerando os termos do Parecer nº 358-1, de 2000, da Procuradoria da Assembléia Legislativa e em havendo disponibilidade orçamentária de recursos, consoante informa o Departamento de Finanças:

I - DEFERIR o pedido de reajuste formulado pela interessada, pelo período de 20 de setembro de 2000 a 19 de setembro de 2001, de conformidade com o demonstrativo de cálculos elaborado pelo Serviço Técnico de Contabilidade;

II - APROVAR a realização das despesas decorrentes no valor de R\$ 799,68 (setecentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos), sendo R\$ 224,35 (duzentos e vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos) por conta da dotação do presente exercício, e R\$ 575,33 (quinhentos e setenta e cinco reais e trinta e três centavos) por conta da dotação a ser consignada para o exercício de 2001, de conformidade com os demonstrativos de cálculos e obedecida a classificação orçamentária de responsabilidade do órgão contábil da ALESP;

III - AUTORIZAR o reaproveitamento da caução conforme solicitado nos termos da informação do Diretor do Serviço Técnico de Tesouraria e Prestação de Contas.